

O (des)controle das águas e a ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*

Fábio Alexandre dos Santos
Instituto de Economia – Unicamp
Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

Introdução

A cidade de São Paulo é uma grande cidade, mas seu tamanho também reflete a magnitude de seus problemas nas ruas, na saúde, na infra-estrutura etc., que marcam a vida de sua população, principalmente daqueles que vivem à margem das condições mínimas de vida e higiene.

É sobre estes problemas que este estudo se debruçou, focando o período que vai do último quartel do século XIX até 1930, de modo a conhecer o processo de ocupação do espaço urbano através da apreensão dos serviços e das obras destinadas a oferecer salubridade à cidade, tomando como elemento norteador desta busca as diferentes maneiras como a cidade lidou com a questão das *águas*, a partir de suas diversas utilizações: as servidas para o consumo humano, as descartadas pelos moradores, as destinadas à geração de energia elétrica, as que passavam pela cidade através dos rios etc.

A percepção deste processo parte da apreensão da noção de impureza, como culturalmente construída que, oposta a idéia de limpeza e salubridade, permearam os discursos e as práticas do período, expressando uma visão da cidade no período.¹ Em outras palavras, significa afirmar que a impureza também pode ser o elemento que se encontra fora do seu lugar ou em desacordo com a regra imposta, ou que se pretende impor. Assim, a sujeira encontra sua conceituação na assertiva natural enquanto resíduos humanos – materialmente palpáveis –, mas também na órbita do perceptível –

* Este artigo aborda algumas conclusões apresentadas na Tese de Doutorado recentemente defendida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), intitulada “Domando as águas. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930.” A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ A concepção de impureza remete às normas e conhecimentos da patologia, contudo, “ela é um subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. Esta interpretação da impureza conduz-nos directamente ao domínio do simbólico”. Mary Douglas. *Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Trad., Lisboa: Edições 70, s/d., especialmente o Capítulo II – A impureza secular. Ao tratar a noção da pureza e do perigo, a autora mostra como estas concepções foram construídas historicamente em diferentes realidades culturais e em momentos históricos diversos, em completa relação aos interesses dos grupos dominantes.

do não-palpável –, como nos hábitos, nas práticas e nas concepções, por exemplo, das quais possam emergir subversão, oposição, vadiagem, promiscuidade etc.

Desta forma, a capital paulista estava imersa sob um contexto em que era necessário inseri-la sob os marcos da cidade que deveria ser limpa, tanto em função da necessidade de higiene inerente ao processo de adensamento populacional quanto em função de as elites alocadas no poder almejarem colocá-la entre àquelas consideradas “modernas” e “civilizadas” inerentes ao sistema capitalista, exemplificadas principalmente por Paris, Londres, Alemanha, Estados Unidos.

Por esta razão, as águas adquirem um importante papel ao se transformarem em alvo de intervenções que visavam essencialmente dispor a área urbana dos elementos constituintes destes aspectos e valores, que por sua vez contemplavam os elementos representativos de uma cidade que se pretendia moderna.

Para tanto, intervenções de ordem física sobre o meio e as regulamentações legais foram os meios utilizados pelos setores públicos para empreender uma gama de melhoramentos urbanos e formas de utilização do solo que alteravam espaços, desativavam chafarizes, mudavam os cursos d’água, canalizavam e retificavam rios, saneavam grandes áreas consideradas insalubres. Por outro lado, em direta relação com estas intervenções, estavam os interesses privados, representados principalmente pelo setor imobiliário que se especializava e consolidava sua posição na cidade, diante do crescente adensamento urbano e industrial que aumentava a demanda por moradia e serviços públicos, mas que também gerava problemas urbanos de toda ordem, inclusive reproduzindo ainda mais os problemas com as águas e a salubridade.

Como um dos vetores da urbanização, as águas assumiram diferentes papéis ao longo transformações pela qual a cidade passava. De elemento fundamental na formação do núcleo humano, no século XVI, elas gradativamente se tornaram obstáculos ao crescimento urbano, transformando-se em problema, inclusive de salubridade e higiene pública. Assim, interferir sobre as águas da cidade acarretou em impactos que criaram e reproduziram sobre o solo urbano hierarquias sociais e econômicas que delinearam uma geografia particular à cidade de São Paulo, principalmente quando o setor imobiliário foi abarcado pela profissionalização.

Por esta razão, este artigo terá como tema central demonstrar alguns exemplos da relação estabelecida entre os atributos e obras implementados pelos poderes públicos com relação às águas visando a salubridade, e as conseqüências daí decorrentes, como a transformação da água em mercadoria, a consolidação do setor imobiliário, e a efetivação de uma urbanização de caráter privado na capital paulista.

As intervenções sobre a cidade

A primeira intervenção de monta sobre as águas da cidade aconteceu em 1848, quando o rio Tamanduateí foi retificado e foram suprimidas as Sete Voltas, uma série de curvas que caracterizavam o percurso próximo à colina histórica (núcleo formador da cidade de São Paulo), sob a alegação de acabar com as enchentes na região, na base da colina que abrigava o Colégio dos Jesuítas e a igreja de São Bento.

A obra foi realizada durante a administração do Presidente da Província Conselheiro Pires da Motta, e empreendeu a abertura de um canal reto paralelo ao rio, porém, com maior profundidade.² Um dos resultados foi o afastamento do curso do rio da zona central, *empurrando* o problema – já que não o resolveu – para leste da colina histórica. Nesta mesma área existe hoje a rua 25 de Março.

Sua intervenção remonta diretamente à área que atravessa e ocupa, ao pé da colina histórica, ponto irradiador da ocupação urbana e por isso o seio das mudanças que atingiam a cidade. A partir de então cada vez menos o rio seria incumbido de fornecer os meios de vida, apesar de muitos ainda continuarem a viver de expedientes temporários proporcionados por suas águas, por meio da pesca ou da lavagem de roupas, por exemplo. Não era mais a barreira natural contra possíveis ataques indígenas, como fora no início do povoamento, mas cada vez mais uma fonte de problemas em decorrência de suas águas, fossem pelas enchentes, pela disseminação de doenças ou como obstáculo natural.

Não somente as enchentes ou o obstáculo natural preocupavam as autoridades públicas, também havia o problema dos despejos das águas residuais humanas realizadas ao longo do rio, as quais também acabavam se concentrando nas áreas alagadiças, como na várzea do Carmo. Despejados pela população, estes resíduos se acumulavam ao longo do rio e eram consideradas responsáveis pelas emanções das doenças oriundas dos fluídos pútridos ali originários, principalmente nos períodos de chuvas e intensificados pelas enchentes, aumentando os sucessivos alagamentos e a formação em seu curso de brejos e atoleiros.

Em 1875, o Tamanduateí passou por nova intervenção, na área que compreendia a antiga Sete Voltas, com a construção da Ilha dos Amores. Era uma área que conjugada às águas do Tamanduateí foi transformada em um passeio público dotado de jardins e

² De acordo com José Geraldo Simões Jr. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, pg. 23, esta primeira intervenção no rio Tamanduateí tornou impraticável a navegação por suas águas.

quiosques. A obra, empreendida pelo Presidente de Província João Theodoro, foi uma das primeiras tentativas de incorporar a região ao conjunto da cidade, porém, sem resolver o problema das enchentes que ainda assolavam a região nos períodos de chuvas e o problema da insalubridade posto pelas várzeas. A obra, entretanto, marca o início da tentativa de inserção da cidade nos parâmetros da modernização, que deveria abarcar o embelezamento das áreas urbanas, nas quais o centro das cidades eram os focos dos melhoramentos.

Os melhoramentos começavam a se cada vez mais justificados, pois São Paulo passava a colher os primeiros furtos da riqueza advinda da cafeicultura, com a inauguração das primeiras linhas férreas ligando o interior ao porto exportador, Santos, em cujo caminho estava a capital paulista.

Durante a administração de João Theodoro foram dados os primeiros passos para dotar a cidade de um serviço de abastecimento de água, já que o abastecimento era realizado por de chafarizes públicos. João Teodoro chegou a contrair um empréstimo no valor de 650 contos de réis, e parte deste montante foi direcionado para as obras de abastecimento de água, principalmente às regiões do Brás e de Santa Ifigênia, que não possuíam os serviços, enquanto na Sé o serviço continuava ineficiente. Mesmo assim o problema era patente, o que motivou a proposta de concessão dos serviços a uma empresa privada que tratasse do serviço, o que ocorreu dois anos depois.

A concessão ocorreu sob a Presidência da Província de Sebastião José Pereira, que a governou de 1875 a 1878. A empresa concessionária dos serviços foi montada por alguns capitalistas locais, que contrataram os serviços de engenheiros ingleses e organizaram a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, que em 1877 emitiu 5 mil ações no valor de 200\$000 cada uma. Sua primeira diretoria foi constituída pelo Barão de Três Rios, Clemente Falcão de Sousa Filho e Raphael de Aguiar Paes de Barros.

Segundo o contrato da Cia. Cantareira com o governo da Província, a empresa teria o monopólio da venda de água e coleta de esgotos por 70 anos. “O serviço de esgotos era obrigatório para todas as habitações, pois é estabelecido antes no interesse da salubridade pública, que na comodidade de particulares”, afirmou o então Presidente de Província Laurindo A. de Brito, em 1880, em seu Relatório à Assembléia Provincial. Para cobrir os gastos com a implantação do serviço foi criado um imposto que seria pago pelos “favorecidos da fortuna” e do qual a “população indigente” estaria isenta.³

³ Apud Margarida Maria de Andrade. *Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás. Mooca e Belenzinho*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1991, pg. 51.

Entre as novas medidas adotadas para ampliar os serviços foram instalados canos que, das nascentes na Serra da Cantareira, ao norte da cidade, conduziam água por um percurso de 14 quilômetros e meio, até chegar a um reservatório construído com cimento Portland, na Consolação. Em 1882, chafarizes há muito secos jorravam água, as ruas podiam ser lavadas diariamente e 133 edifícios tinham ligação de água. Por volta de 1888, 5.008 edifícios eram servidos de água.⁴

A mudança no gerenciamento dos serviços de abastecimento de água, porém, não passou incólume, pois entre as medidas adotadas pela Cia. Cantareira – sob o argumento de melhorar e ampliar o serviço de abastecimento –, diversos chafarizes instalados em diferentes pontos da cidade começaram a ser desativados como forma de obrigar a população a promover a instalação da infra-estrutura necessária para o recebimento da água encanada no interior dos imóveis, o que gerou conflitos e tensões envolvendo a população mais pobre e sem recursos para as devidas obras.

Uma das razões atribuídas ao processo de desmantelamento dos chafarizes a partir da década de 1870, principalmente após a concessão dos serviços à Cia. Cantareira, encontra-se nos métodos especulativos. Além de obrigar a população a recorrer aos serviços da Cantareira⁵, sua extinção também implicava no “restabelecimento da ordem” almejada por àqueles que se sentiam “agredidos” ou “lesados” pela “barbárie da incivilidade” que as aglomerações em torno dos chafarizes promoviam, o que por si só já valorizaria os imóveis localizados nas imediações.⁶

O processo de desmonte dos chafarizes na cidade de São Paulo não implicava unicamente à sua retirada do espaço físico da área pública. Outros efeitos estavam implícitos ao processo, como a valorização imobiliária das áreas adjacentes a eles, em função de seus moradores não mais conviverem com cenas e conflitos desagradáveis. Em outro aspecto, de extrema relevância, remetia à efetiva transformação da água em mercadoria, a qual deveria ser adquirida por meio de um serviço a ser pago e desde que por meio de um aparato infra-estrutural na qual a residência deveria estar incluída ao contexto dos equipamentos da cidade, ao contrário do que fora até então.

⁴ Richard Morse. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. Trad., São Paulo: Difel, 1970, pg. 245; Ernani da Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991, vols. 3, pg. 1122; Flavio A. M. de Saes. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, 1986, pp 80 e segs.; Maria Alice Rosa Ribeiro. *História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Edunesp, 1993, pp. 144 e segs.

⁵ Denise Bernuzzi de Sant’Anna. “Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo.” In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, vol. 203, 2004, pg. 89.

⁶ Maria Odila L. da S. Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, mostra como os chafarizes em pontos de conflitos na cidade.

A água deixava de ser um bem público e acessível à população, enquanto a inexistência dos chafarizes nas ruas combateria a monumentalização de um bem que um dia fora abundante, acessível e gratuito.⁷ Por outro lado, na década de 1880, os chafarizes também eram alvo de outros tipos de reclamações, com a falta d'água e o fornecimento de água pútrida, da mesma forma que as bocas de lobo, pois emanavam fétidas exalações.⁸

Mesmo com a concessão à iniciativa privada, o problema do abastecimento não foi resolvido, pois a companhia não acompanhou a demanda gerada na cidade, o que acarretava em contínuas reclamações por parte da população junto aos órgãos públicos e muitas vezes publicados nos jornais da cidade.

A questão voltou à tona após a Proclamação da República, em 1889, quando o então Estado de São Paulo passou a colher os frutos advindos da instauração do Federalismo, que conferiu uma relativa autonomia a cada estado da Federação, entre elas a de gerir o imposto sobre as exportações (que no Império era partilhado com o poder central). Em segundo lugar, possibilitou a constituição de uma esfera política eletiva (os governadores) que permitiu às oligarquias regionais consolidar seus sistemas de poder sem ser perturbados pelas “derrubadas” do período imperial. Todos esses elementos conferiam às capitais dos estados o caráter de espaços políticos-institucionais em ascensão, assim como de núcleos de expressão política e cultural de suas oligarquias.⁹

No caso de São Paulo, inserido como estava no circuito comercial internacional através do complexo econômico cafeeiro, o estado possuía dinheiro suficiente para investir e legislar em causa própria, conforme os interesses políticos e econômicos dos grupos estabelecidos no poder, na sua grande maioria homens ligados ao complexo cafeeiro, além do fato de os estados, a partir de então, poderem contrair empréstimos externos.

Para São Paulo, houve uma profunda modificação em suas condições financeiras, com um extraordinário aumento da receita que permitiu a instauração e criação de uma série de serviços que dessem suporte à reprodução do complexo cafeeiro. A receita do estado saltou de 9.100 contos de réis em 1890-1891, para 388.100 contos de réis, em 1892, fomentado pelos resultados animadores do complexo econômico cafeeiro, que conquistava o mercado externo e enchia os cofres estaduais

⁷ Denise Bernuzzi de Sant'Anna. Op. cit., pg. 89.

⁸ Fraya Frehse. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005, pg. 135.

⁹ Wilma Peres Costa. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: nº 10, jun. de 1998, pp. 141-173.

com os impostos de exportação. Igualmente importante para o resultado alcançado no exercício de 1892, foi o aumento da quantidade de café exportado, que saltou de 137.898.061 quilos (kg) em 1888-1890 para 245.456.719 kg em 1892; somado a isso, o preço do produto, cujo valor médio do quilograma fora de \$586 em 1889-1890, subiu para 1\$026 em 1892.¹⁰

Entre os serviços criados ou incorporados pelo Estado de São Paulo estava o programa de imigração subsidiada pelo estado, como forma de trazer mão-de-obra estrangeira para a cafeicultura e criar um efetivo mercado de trabalho; a institucionalização do Serviço Sanitário; e a encampação do serviço de água e esgotos, cujos serviços eram oferecidos pela Cia. Cantareira, sob o argumento de se resolver o problema da demanda não atendida. Todas estas medidas foram promulgadas em 1892.

Segundo a proposta aprovada da imigração subsidiada, o estado arcaria com as despesas de viagens daqueles que desejassem migrar para São Paulo com destino às lavouras de café. Inaugurava-se uma nova fase da imigração para São Paulo, cujos resultados seriam gritantes para a capital paulista. A medida deu origem à imigração em massa. Por outro lado, enquanto internamente se promovia a política de imigração, externamente a crise na Argentina – da casa Baring Brothers, seguida de um período de crise financeira, em 1890 –, contribuiu decisivamente para o desvio de parcela considerável de imigrantes para o Brasil, que antes se dirigiam para a Argentina.¹¹

O resultado destes fatores conjugados foi positivo não somente para as lavouras, mas também para as cidades que mais atraíam mão-de-obra, estimuladas pela demanda interna de serviços urbanos. Com os imigrantes, portanto, o processo de formação do mercado de trabalho em São Paulo adquiriu novo ímpeto, pois de 1889 ao início do século XX, acarretou na chegada de cerca de 750.000 estrangeiros, dos quais 80% subsidiados pelo governo; já da abolição do escravismo (em 1888) à Depressão de 1930, aportaram em terras paulistas 2.250.000 imigrantes, sendo 58% subsidiados; além disso, muitos dos que vieram após 1900 pagaram suas próprias despesas de viagens.¹²

Enquanto isso, em nível internacional, à margem do protecionismo sobre o comércio de mercadorias que marcou o período de 1880 a 1914, as transações

¹⁰ Nelson Hideki Nozoe. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE/ USP, 1984, pg. 18. Sobre os impactos das mudanças fiscais para o Estado de São Paulo ver ainda Joseph Love. *A Locomotiva: São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, especialmente o Capítulo 8 – Federalismo fiscal.

¹¹ Wilma Peres Costa. “Economia primário-exportadora e padrões de construção do Estado na Argentina e no Brasil.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: n° 14, jun. de 2000, pp. 184-190.

¹² Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 68 e 84.

financeiras internacionais e o movimento migratório se mantiveram constantes e livres¹³, exceto em poucos momentos de oscilações, como em função do Decreto Prinetti – que proibiu a migração dos italianos para São Paulo devido às más condições de vida e de trabalho – ou durante a 1ª. Grande Guerra, por exemplo. De qualquer forma, mesmo em meio a oscilações momentâneas, a atratividade que a cidade de São Paulo despertava continuou atraindo trabalhadores, fossem estrangeiros ou nacionais, como passou a acontecer após a 1ª Grande Guerra, com a chegada cada vez maior de migrantes oriundos de outras regiões brasileiras.

Com a chegada de trabalhadores imigrantes de origem européia, seguida pelos nacionais em busca de trabalho na nascente indústria, no comércio ou nas atividades em desenvolvimento, a cidade de São Paulo vivenciou o início de sua explosão demográfica. No início do século XX, a cidade abrigava uma população de 239.820 habitantes, ao final de década de 1910, a população havia ultrapassado 375 mil almas, chegando em 1920 com quase 600 mil e, em 1930, a quase 900 mil habitantes.

Outro serviço de extrema relevância que criado somente em razão dos recursos provenientes dos impostos de exportação foi o Serviço Sanitário. Sua origem remonta à tríade urbanização-economia-salubridade, por isso, sintomaticamente, seu foco inicial de intervenções foi direcionado ao meio físico, à cidade, *locus* das relações sociais e econômicas que passavam a crescer exponencialmente a partir de então.¹⁴

Ele foi criado com o objetivo de resguardar a saúde e a salubridade da população, mas, principalmente, como meio de se combater as diversas epidemias que assolavam importantes cidades produtoras de café, além do porto de escoamento da produção, Santos; de modo a resguardar a produção e a reprodução da riqueza do complexo. Seu desenvolvimento também propiciou a emergência de uma nova categoria de profissionais, entre médicos, engenheiros, sanitaristas que convergiam ações e formulações juntamente com a ação policial no sentido de equacionar os problemas sanitários das cidades e de suas populações.

Quanto aos serviços de água e esgotos, com sua encampação em 1892, o serviço de abastecimento de água chegou a ser ampliado ao final do século XIX e início do XX, com a construção de vários reservatórios na cidade. Em 1914, por exemplo, a captação foi ampliada com as águas oriundas do Ribeirão de Cotia, inaugurando-se no mesmo

¹³ Eric Hobsbawm. *A era dos impérios, 1875-1914*. Trad., 5.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, pg. 69.

¹⁴ Também em 1892 foi criado o Instituto Bacteriológico; e em 1901, o Instituto Butantã; o Instituto Pasteur, em 1903; e a cadeira de Higiene, na Faculdade de Medicina Paulista, através da parceria com a Fundação Rockefeller, no final da primeira década do século XX.

ano outros três reservatórios: na Avenida, na Vila Mariana e na Água Branca.¹⁵ Mesmo assim, o estado não conseguia responder à demanda gerada na cidade, que se aliava à falta de recursos públicos com o aumento populacional num ritmo frenético.

O problema, contudo, não perpassava unicamente pelo âmbito da falta d'água ou de infra-estrutura, mas também pelo oferecimento de água sem a devida qualidade para o consumo humano, cujo debate se prolongava ao longo dos anos, principalmente quando alguma epidemia assolava a cidade.

Quanto aos despejos das águas residuais, elas também eram alvos de preocupação quanto à ineficiência de sua coleta e das maneiras como eram despejadas nos córregos e rios da cidade. Até fins do Império um dos locais mais utilizados para o despejo das águas domiciliares era a várzea do Carmo, que também era foco de grandes reclamações por parte da população e dos transeuntes que por ali passavam. Entretanto, muitas vezes o marco definidor das reclamações era o local em que os despejos eram dispensados e não o despejo em si, além do fato de o serviço ser realizado primordialmente por escravos.

De modo geral, a dispensa dos resíduos aparecia relacionada à maneira mais prática de se livrar dos dejetos, devendo ser também a “menos repreensível socialmente”, incluindo o escoamento do esgoto e do lixo doméstico. Antes das primeiras canalizações para o recebimento dos esgotos, na década de 1880, suas destinações finais eram os quintais, por meio de fossas ou depositando em barris para sua evaporação, ou ainda, por meio de ligações clandestinas realizadas entre as residências e as bocas de lobo.¹⁶ Somente em 1883 foi implementado o “1º Distrito dos Esgotos”, no bairro da Luz, o qual coletava os resíduos de um total de 71 prédios.

Ao final de 1911, o número de prédios ligados à rede de esgotos na capital era de 32.444, dos quais 27.120 foram ligados até 1909; 2.651, em 1910; e 2.673, em 1911. Já a extensão total da rede de esgotos chegava a 1.144.300 metros, em 31 de dezembro de 1911, dado também apontado por Aroldo de Azevedo. Ao passo que ao final de 1914 a

¹⁵ Ernani da Silva Bruno. Op. cit., pp. 1127 e segs. Os serviços de água e esgoto, no decorrer da Primeira República, não eram difundidos no Brasil, e poucas eram as cidades que por volta de 1890, por exemplo, dispunham desses serviços, especialmente os de coleta de esgotos, existentes apenas nas cidades do Rio de Janeiro e Campos (RJ), em São Paulo (SP) e em Recife (PE). Em 1910, 186 cidades no Brasil possuíam serviços de abastecimento de água, ao passo que em 1920 esse número chegou a 284, e em 1930, a 344 cidades. Já os serviços de coleta de esgotos, em 1910, eram oferecidos em 48 cidades do Brasil, em 1920 em 126 e, em 1930, em 150 cidades, conforme P.C. S. Telles. História da engenharia no Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, Claverd Editoração, 1993, *apud* Sonaly Cristina Rezende; Léo Heller. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pg. 169.

¹⁶ Fraya Frehse. Op. cit., pg. 170. A autora aponta, ainda, que existiam àqueles que nem se davam ao trabalho de ir até a várzea do Carmo para se livrarem dos resíduos e os despejavam nas ruas, nas bocas de lobos e sarjetas da cidade, pp. 102 e segs.

extensão total da rede esgotos havia chegado a 1.516.381 metros; em 1917, chegou a 1.657.644 metros; e em 1918 totalizou 1.681.473 metros.¹⁷

Em fins da década de 1920, inegavelmente, esses serviços tinham sido ampliados por meio do aumento da extensão da rede de distribuição de água e de coleta de esgotos. Mesmo assim, eles eram ultrapassados pela demanda, que crescia rapidamente. Por outro lado, a extensão de ambas as redes não implicava obrigatoriamente uma relação direta de que os serviços também chegariam a todas as residências localizadas na sua área de abrangência, pois os proprietários dos imóveis deveriam providenciar a ligação desses serviços, às suas residências. Muitas vezes o custo destas ligações inviabilizava o acesso aos serviços.

Por isso as ligações realizadas durante o ano eram objeto de quantificação por parte das secretarias e órgãos encarregados dos serviços de saneamento básico em São Paulo, de modo a demonstrar o andamento das obras de extensão da rede e o quanto esta extensão representava em termos de ligações prediais. Em 1918, o número de prédios ligados à rede esgotos era de 48.815; em 1920, outros 1.079 prédios foram ligados à rede; enquanto o número de prédios ligados à rede de água, em 1911 era de 35.502 prédios; em 1920 chegou a 51.825; em 1921, a 53.875; e, em 1926, a 71.792 ligações prediais, conforme indicam os dados da Secretaria da Agricultura.

Já a rede de distribuição de água, em 1917, havia sido expandida em 6.749 metros, contra 27.864 em 1916, o que totalizava, em 1917, 605.163 metros de rede, segundo dados da Secretaria da Agricultura. Enquanto isso, em 1918, houve uma extensão de 5.689 metros na rede de distribuição, totalizando 610.852 metros de rede; em 1920, esse total chegou a 635.226 metros; e, em 1921, a 645.874 metros.

Mesmo com avanços na distribuição de água e na coleta de esgotos, estes serviços continuaram a não abarcar a cidade como um todo e, gradativamente, transformavam-se em bens que diferenciavam o valor de um imóvel ou de um loteamento, tornando-se uma mercadoria que parecia não estar incorporado ao conjunto da habitação.

¹⁷ Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado pelo Dr. Paulo de Moraes Barros Secretário da Agricultura – 1914. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., 1916, pg. 248; Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Publicas – 1917. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., s/d., pg. 226; Relatório apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Publicas – 1918. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., s/d., pg. 280.

O Tamanduateí

Como demonstrado, várias medidas ligadas à busca da salubridade na década de 1890 foram empreendidas, como reflexo da situação em que a cidade se encontrava, porém, os problemas desta ordem eram tamanhos e em proporções alarmantes que tanto município quanto estado não conseguiam dar conta do problema, ao passo que a população continuava a reclamar seus direitos. Nesta mesma década o problema da várzea do Carmo e suas águas voltaram aos debates, visto que o problema das enchentes ainda grassava a região. Uma dos resultados deste debate foi a criação da “Comissão de Saneamento das Várzeas”, sob o comando dos engenheiros Theodoro Fernandes Sampaio e Gerado Horácio de Paula Souza.

Esta comissão elaborou os primeiros estudos para a retificação do rio Tietê e do rio Tamanduateí, tendo sua denominação alterada para “Comissão de Saneamento do Estado”, também com a mudança da chefia, que passou para o engenheiro João Pereira Ferraz, porém, as obras do Tietê acabaram adiadas, sob a alegação de falta de recursos. Em 1898 a comissão acabou extinta e o município acabou assumindo a responsabilidade pelas várzeas e as obras em andamento, entre elas a do Tamanduateí, iniciada em 1896.

E foi sob o comando desta comissão que teve início a sua segunda grande intervenção sobre o Tamanduateí– a retificação como conhecida atualmente – no trecho próximo à região central da cidade, nas bases da colina histórica. Com a retificação, que foi concluída apenas em 1914, a Ilha dos Amores foi extinta, a área de várzea drenada e saneada. O projeto original também incluía a construção de um grande jardim, como previu seu mentor, o então Presidente da Província, João Alfredo Correia de Oliveira, em meados da década de 1880, mas o mesmo não foi incorporado às obras nesse momento.

Entre os pontos importantes que as intervenções ao longo rio Tamanduateí provocaram foi o fato de ela resolver, ao menos parcialmente, o problema da salubridade na região, através da extinção das águas estagnadas que poderiam emanar fluídos fétidos e nocivos, especialmente àquelas que se acumulavam em suas várzeas nos dias de chuvas intensas. Decorrente destas obras ainda se resolveu, mesmo que parcialmente também, o problema das enchentes que assolavam as margens do rio. Em contrapartida, teve início a expulsão da população que ali realizava expedientes temporários, como as lavadeiras, por exemplo, ou então aqueles que utilizavam suas águas para lazer, como os estudantes da Faculdade de Direito. Era o saneamento físico e

moral em curso, empreendido pela administração pública em nome da salubridade, como meio para extirpar o que era “feio, sujo e perigoso”¹⁸.

A conclusão das obras ao longo do Tamanduateí coincidiu com a eclosão da 1ª Grande Guerra, cuja ebulição econômica, política e sócio-cultural dela decorrente provocou uma redefinição ideológica e cultural e abalou as estruturas da *belle époque*, e incentivou movimentos nacionalistas em várias esferas da realidade.

Neste momento, em São Paulo, Washington Luís Pereira de Souza assumia a prefeitura (1914-1919) e sinalizava um novo momento a partir de então, com a crença no progresso e no avanço material. Sob sua administração foi estabelecida na cidade de São Paulo uma série de mudanças que atingiram diretamente a vida da população, tanto em termos legais quanto em intervenções físicas sobre o meio.

Em termos econômicos, o período pós 1914 foi marcado por alterações nos padrões de desenvolvimento da indústria. Entrava em curso, em decorrência dos efeitos da 1ª Grande Guerra, a transição de uma indústria essencialmente complementar e subsidiária do setor exportador para uma indústria com características distintas. A partir de então, mesmo ainda dependente do desempenho do setor exportador no que tange ao mercado interno e à capacidade de importação de maquinaria e matéria-prima, o setor industrial passou a se desvencilhar do papel complementar e subsidiário perante o exportador. Cada vez mais as indústrias passaram a responder ao crescimento da demanda interna por matérias-primas, e muitas delas ligadas a atividades urbanas, que se alavancaram, como cimento, ferro e aço, produtos químicos, além das dedicadas à maquinaria em geral destinadas à agricultura, à indústria e à construção.¹⁹

Neste universo, Washington Luís se envolveu com a estética tradicionalista – neocolonial que no Brasil pressupunha uma nova forma de ver e sentir a realidade, incentivada pelas obras encomendadas que manifestavam a produção do meio intelectual paulista. Esta, por sua vez, resgatava o mito bandeirante, origem da vanguarda e da capacidade empresarial regional paulista, na qual o espírito de desbravamento ressurgia e, novamente, vinha justificar a hegemonia de São Paulo perante os demais entes da federação.²⁰

¹⁸ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1913)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, pp. 88 e segs.

¹⁹ Wilson Suzigan. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo. Brasiliense, 1986, pp. 114-115.

²⁰ Candido Malta Campos. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002, especialmente o Tópico – Neocolonial e nacionalismo, pp. 170 e segs.; Robson M. Pereira. *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919)*. Franca: Tese de Doutorado, FHDSS, Unesp, 2005, pp. 30-31.

Mesmo assumindo um grande passivo na prefeitura, Washington Luís deu prosseguimento às obras de melhoramentos iniciadas por seus antecessores, porém, marcado pelo diferencial populista que tentava incorporar nestas obras a grande população que afluía à cidade, considerando as tendências expressas de crescimento urbano que a dinâmica da cidade apresentava.²¹

Entre as primeiras medidas e como forma de amenizar o problema da carestia de alimentos provocada pela deflagração do conflito mundial, em 1914, empreendeu as feiras-livres na cidade, como forma de incrementar os negócios dos pequenos produtores estabelecidos no entorno da cidade e aumentar a oferta de alimentos à população; incentivou a abertura e a manutenção das estradas de rodagem.

Foi sob sua administração que foi regulamentada a lei que dividia a cidade em sistema de perímetros. O objetivo era criar mecanismos que permitissem legitimar as intervenções – fossem elas públicas ou privadas – através das funções específicas que cada perímetro da cidade poderia acolher, cuja idéia remonta à consolidação da visão de cidade enquanto espaço destinado à produção imobiliária que se coadunava sob a visão do engenheiro, do médico e do político que nela intervinham assentados sob diferentes visões sobre como implantar “condições higiênicas e morais” requeridas pelo momento, as quais incluíam investimentos imobiliários lucrativos.

Em sua gestão, com a promulgação de diversas leis que tratavam de construções e obras públicas, a questão do saneamento básico foi, aparentemente, encarada pelo viés jurídico que partia da premissa de que ela era oferecida à totalidade da população; por outro lado, esta visão implicava em aceitar a ótica de que estando a via pública infra-estruturada com os devidos equipamentos, cabia ao morador, individualmente, dotar sua residência dos equipamentos necessários para receber os serviços desta natureza, no interior da casa, já que a municipalidade teoricamente havia cumprido sua parte, e por isso em nada poderia ser responsabilizada se a residência não estivesse conectada à rede externa de água e esgotos.

No tocante a execução das obras que visavam os melhoramentos e, portanto, modernizadora da cidade, Washington Luís retomou projetos e obras propostos por arquitetos e engenheiros que o antecederam na prefeitura e concluiu as avenidas São João, Conceição, dentre outras; prosseguiu com as obras modernizantes no parque do Anhangabaú, que havia sido paralisada; e deu início às obras de saneamento na várzea do Carmo, com a construção de um parque no local. Empreendeu-se, assim, a

²¹ Candido Malta Campos. Op. cit., pg. 166.

construção do Parque D. Pedro II, obra que caracterizaria o mandato de Washington Luís à frente da prefeitura.

A proposta de construção do parque era antiga e com a conclusão das obras de retificação do Tamanduateí, em 1914, após 18 anos de execução, o destino a dar à região repercutiu ainda mais, de forma à incorporá-la efetivamente ao conjunto da região central. Era o momento de dar uma funcionalidade “civilizada” à região, inclusive respaldada na tentativa de embelezar a área juntamente com o Anhangabaú, transformando-as num conjunto de obras que completaria o conjunto do centro civilizado. Por esta razão, o estado acatou a idéia de se construir uma avenida marginal ao rio e de edificar um prédio de exposições na região, o Palácio das Indústrias, em terreno cedido pela prefeitura. Na mesma área, também foi incorporada a proposta de construção de um novo Mercado Municipal, desativando o antigo, localizado na rua São João.

A construção do parque era uma proposta de João Alfredo quando este esteve à frente da Presidência da Província (1885-1886), que também foi retomado por Joseph Bouvard por ocasião da reforma do Anhangabaú, em 1911, de modo a conciliar as duas áreas distintas que circundavam a colina histórica, o Anhangabaú e a região industrial *além-Tamanduateí*.²² Entre os objetivos da construção do parque – que se daria sobre a área de várzea devidamente saneada – estava a incorporação da região *além-Tamanduateí* ao conjunto da cidade, dando à área uma conotação de espaço agradável e civilizado, como parte do projeto de modernização, expulsando completamente os indesejáveis que sobreviviam de expedientes temporários ao longo do rio e da várzea, entre eles prostitutas, negros, desocupados etc.; além, é evidente, de incorporar ao mercado imobiliário uma extensa área até então considerada marginal e desvalorizada.

Em 12 de junho de 1914, por meio da Lei nº 1.793 foi aprovado o projeto para a criação do parque, “sendo previsto o arruamento de parte da área para posterior venda”, assim como a construção de “*estadiumes de sports*.”²³ O objetivo era proporcionar ao centro da cidade serviços tipicamente urbanos que agregassem valor à região que estava sendo saneada com a retificação do rio.

²² A “cidade” e o “lado de lá” do rio encontra-se como a primeira manifestação criada pelo imaginário popular sobre si mesma enquanto cidade moderna e industrial, argumenta Maria Célia Paoli. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)”. In: *Espaço & Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano IX, nº 33, 1991, pg. 27.

²³ Lucia Noemia Simoni. *O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no município de São Paulo, 1840-1930*. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU, USP, 2002, pg. 216; Benedito Lima de Toledo. *São Paulo: três cidades em um século*. 2.ed., São Paulo: Duas Cidades, 1983, pg. 110.

A proposta aprovada foi apresentada por Francisque Cochet, arquiteto francês contratado pela prefeitura para sua construção, a qual retomava considerações de Bouvard apresentadas em 1911, entre as quais estava a idéia de alienação de parte dos terrenos adjacentes à área do parque como meio de financiar a obra. Nos debates para a aprovação do projeto, o parecer da Comissão de Justiça da Câmara foi favorável a esta possibilidade, mas destacou a necessidade de se uniformizar estas vendas conjugando-as ao projeto do parque, ao contrário do que se passava com os loteamentos privados realizados sem uniformidade ou planos, e sem respeito à topografia.²⁴

A venda dos lotes para o financiamento das obras do parque, contudo, não correspondeu às expectativas, implicando em dificuldades para se obter o montante necessário para a obra.

A solução empreendida foi a abertura de concorrência pública para as empresas interessadas em realizar a obra. Segundo o edital, a empresa vencedora receberia como pagamento três quartas partes em terrenos, a 30 mil réis o m² do terreno e o restante em títulos da municipalidade em três prestações anuais. Em 1916, Washington Luís assim declarou à Câmara sobre o melhoramento, que ainda partiria do projeto de Bouvard e Cochet: “...para a execução de um parque na varzea do Carmo, foi esta Secção incumbida de orçar a realização de taes obras, que constam de: revestimento das ruas carroçaveis e de jardim, desaterro para abertura dos lagos e aterro para conformação do parque, redes de agua e exgottos, além de dezesseis typos diversos de construcções, obras essas que estão calculadas n’um total de 2.276:705\$386 réis.”²⁵

O projeto ainda gerou intenso debate sobre quais as construções e serviços que deveriam ser oferecidos no parque, cuja preocupação de alguns vereadores era oferecer “*diversões eminentemente populares*” para a área. Em seguida, o foco foi desviado para o crescimento do tráfego entre o Brás e o centro da cidade, e por isso no projeto deveria haver uma via alargada ligando os dois pontos. O alargamento foi rejeitado baseado na falta de verba, argumento rebatido pelo vereador José Piedade que afirmou: “*não temos dinheiro, empresta-se. A Divina Providencia velará por nós.*”

Já o vereador Marrey Junior, em seu discurso deixava entrever como as obras naquela área eram importantes do ponto de vista da incorporação da região ao conjunto da cidade, pois sua construção representava a junção de duas cidades divididas. Vale situar que, do outro lado do Tamanduateí estavam instaladas as indústrias e os bairros

²⁴ Annaes da Camara Municipal de São Paulo, 1914. Org. por Manoel Alves de Souza. São Paulo: 1914, pp. 308-310; 339 e segs.

²⁵ Relatório de 1916 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, pg. 48.

populares, que cresciam transformando a região num *locus* de desenvolvimento industrial.

Em seguida, Washington Luís com o afã de levar adiante a obra, oficiou à Câmara minuciosamente a origem do domínio municipal sobre os terrenos da várzea, sua extensão, e a necessidade de ser executada a lei que autorizava a construção do parque, pois era o momento conveniente para sua execução, tendo em vista o valor dos referidos terrenos, que estava avaliado em bloco, não sendo aconselhável, portanto, fracioná-lo.

Finalmente foi aprovada a venda dos terrenos em bloco, desde que a venda acontecesse após a conclusão do parque, caso contrário os valores atingidos seriam “irrisórios ou até mínimos”, principalmente levando em conta que o projeto não autorizava a venda de todas as sobras e sim de parte dela, cujo resultado deveria unicamente ser suficiente para o pagamento de todo ou de grande parte do serviço.²⁶

Para a execução das obras foi aberta concorrência pública para as empresas interessadas em realizá-la nos termos acima descritos. A empresa vencedora da licitação foi a Companhia Parque Várzea do Carmo, que assinou contrato com a Diretoria de Obras em 1918, o qual determinava um prazo de 20 meses para a conclusão das obras a partir da assinatura do contrato. A empresa foi constituída especialmente para a execução do parque, em 25 de setembro de 1918, com o seguinte “objeto”:
“*Construção do Parque da Várzea do Carmo – negócios imobiliários*”.²⁷

O capital social da empresa, curiosamente, não é especificado com clareza no registro da empresa na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), estando registrado como de “500:000\$000 – 2.000:000\$000”, ou seja, aparecendo em aberto. Já os membros da diretoria eram Bernardino Pinto de Fonseca, como presidente; Albertino Cardoso da Cunha, como tesoureiro; e Antonio de Almeida Braga, como gerente, os quais muito provavelmente também eram os proprietários da empresa. Em 1926, a empresa adiciona com objeto de seus negócios a “*construção de obras públicas ou particulares*.”²⁸

As obras na várzea do Carmo tiveram início ainda em 1918, com alguns percalços em função da epidemia de gripe espanhola que assolou a cidade e atrasou a obra, a qual foi reiniciada em 1920, durante a gestão de Firmiano de Moraes Pinto, à frente da prefeitura, que a administrou no período de 1920 a 1926.

²⁶ Annaes da Camara Municipal de São Paulo de 1917. Org. por Manuel Alves de Souza. São Paulo: Typ. Piratininga, 1917, pp. 128 e segs.

²⁷ Registro de Sociedade Anônima na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Companhia Parque da Várzea do Carmo.

²⁸ Ibidem.

A entrega do parque à população aconteceu em 1922, mesmo inacabado, durante as comemorações do Centenário da Independência, recebendo o nome de Parque D. Pedro II, e sua conclusão de fato aconteceu em 1925.

O grande diferencial que marcou a construção do Parque D. Pedro II foi o fato de ela ter sido empreendida por uma empresa privada – a Companhia Parque Várzea do Carmo –, que conforme o contrato de construção firmado com a edilidade, receberia parte do pagamento pelas obras uma parcela dos terrenos localizados em seu entorno, já devidamente saneados.

Com a conclusão das obras de saneamento e conseqüente construção do parque, entre 1922 e 1925, e mesmo sem ter atingido todos os objetivos propostos no projeto, a região passou por uma inevitável valorização, incorporando-se ao mercado imobiliário da cidade. Rapidamente, portanto, a Cia. Parque Várzea do Carmo tratou de parcelar a região circunvizinha ao parque e colocá-la à disposição do mercado.

Antes mesmo da conclusão das obras de saneamento da região já se previa a valorização das áreas adjacentes, e a legislação que instaurou o Padrão Municipal de 1920 corroborou esse fenômeno, pois mesmo com as obras ainda em andamento, a mudança na lei de 1920 passou a tratar a região, no tocante ao alinhamento, pelos mesmos parâmetros que regulamentavam a construção na valorizada avenida Paulista, conforme determinava o artigo 19º, que rezava: *“nenhuma edificação poderá ser feita nas avenidas marginais do canal do Tamanduateí, na avenida Paulista e na avenida Independencia sem que haja entre o alinhamento do edificio e o das citadas vias a distancia minima de dez metros.”*²⁹

O primeiro empreendimento da Cia. Parque Várzea do Carmo foi o loteamento dos quarteirões localizados no entorno da área que abrigaria o futuro Mercado Municipal, na atual região da rua 25 de Março, já em a partir de 1922. Segundo o anúncio de venda, a Companhia destacava que *“transformou aquelle logradouro público, no vasto e magnifico Parque”*. Em 1924, a companhia continuava a anunciar o empreendimento, afirmando ser *“os melhores terrenos no centro da cidade”*. A divulgação prossegue nos anos seguintes e, em 1927, a empresa chega a publicar num jornal da cidade a fachada do projeto do Mercado Municipal, procurando agregar valor à região, enfatizando o nome do engenheiro Ramos de Azevedo como o construtor da

²⁹ Lei nº 2.332, de 9 de novembro de 1920. In: Leis e Atos do Municipio de São Paulo, do ano de 1920. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934, pg. 153.

obra. Da mesma forma que a planta da região é publicada mostrando a área e os lotes à venda.³⁰

Os lotes eram vendidos com prazo de 10 anos para o pagamento, sendo essencialmente direcionado ao comércio. Até 19 de janeiro de 1928, quando a companhia publicou os valores alcançados com a comercialização dos imóveis, a empresa havia totalizado 7.536:329\$000 em vendas.³¹ Vale atentar para este resultado, mesmo que parcial e bruto, em contraposição ao orçamento inicial da obra do parque do Carmo, de 2.276:705\$386, a partir do qual é possível supor que o empreendimento resultou num lucro bruto à Cia. Parque da Várzea do Carmo na ordem de 5.259:623\$614 (cinco mil duzentos e cinquenta e nove contos de réis).³² Vale ainda destacar que a Cia. Parque Várzea do Carmo recebeu como doação do setor de administração de jardins, da prefeitura municipal, em 1920, cerca de 3.189 mudas de diferentes espécies, incluindo jacarandá mimoso, as quais foram destinadas ao ajardinamento da várzea do Carmo; enquanto outras 1.722 mudas de jacarandá mimoso foram doadas a uma grande companhia imobiliária da cidade, a Cia. City, que possuía loteamentos em várias regiões da capital paulista e todos considerados de alto padrão.³³

Do conjunto das obras sobre o rio Tamanduateí e da construção do Parque D. Pedro II, os quais demonstram claramente a relação da salubridade com o processo de ocupação do espaço urbano na cidade, foi incorporada ao tecido urbano uma extensa faixa de terra ao mercado imobiliário, disponibilizada pelo saneamento das antigas áreas de várzeas que chegavam a se estender por 16 quilômetros ao longo do rio, englobando, ainda, cerca de 200 a 400 metros de planícies na extensão destes 16 quilômetros.³⁴ Atualmente, nas margens do rio Tamanduateí retificado encontram-se as duas vias da avenida do Estado.

Este exemplo destacado dentre outras intervenções, demonstra como se deu uma das facetas do processo de incorporação de terras pelo mercado imobiliário, depois de saneadas, e mostra inequivocamente a inter-relação dos diferentes fatores que sustentavam a urbanização privada que caracterizou a cidade de São Paulo sustentada

³⁰ Jornal O Estado de São Paulo. 11 de junho de 1922, pg. 1; Jornal O Estado de São Paulo. 2 de outubro de 1924, pg. 1; Jornal O Estado de São Paulo. 24 de dezembro de 1927, pg. 1; Jornal O Estado de São Paulo. 1 de janeiro de 1928, pg. 5; Jornal O Estado de São Paulo. 10 de janeiro de 1928, pg. 1.

³¹ Jornal O Estado de São Paulo. 19 de janeiro de 1928, pg. 1.

³² Em 29 de outubro de 1917, o prefeito municipal solicitou à Câmara, por meio do Ofício nº 469, autorização para elevar em 20% os valores correspondentes às obras do Parque da várzea do Carmo, conforme consta nos Annaes da Camara Municipal de São Paulo de 1917. Org. por Manuel Alves de Souza. São Paulo: Typ. Piratininga, 1917.

³³ Anexos ao Relatório de 1920 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1921, pg. 174.

³⁴ Aziz Nacib Ab'Sáber. "O sítio urbano de São Paulo." In: Aroldo de Azevedo. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 210 e segs.

pela busca da salubridade com a valorização da terra e a devida expulsão dos indesejáveis, em nome do saneamento físico e moral, em prol da modernização do centro. Enquanto isso, cabe ressaltar, mesmo com o rio Tamanduateí retificado e suas margens e adjacências saneadas, os problemas com despejos de águas residuais continuaram a acontecer, mantendo o mesmo problema de descarga de esgotos de outrora.

Considerações finais

A cidade de São Paulo vivenciou largamente a tentativa de inseri-la nas linhas das cidades civilizadas e modernas, e a origem desta busca estava na consolidação do complexo cafeeiro, que articulou a riqueza gerada pelo café e seus fatores decorrentes com a modernização urbana que se pretendeu impor, evidentemente que apoiado pelas transformações resultantes da Segunda Revolução Industrial. Com a República instaurou-se o Federalismo e os recursos originários dos impostos de exportação foram redirecionados para os cofres estaduais, juntamente com uma relativa autonomia que possibilitava a cada Estado legislar segundo seus interesses.

Neste quadro, São Paulo passou a se diferenciar perante o conjunto nacional, pois os homens alocados nos poderes públicos também eram àqueles ligados à cafeicultura, por esta razão implementaram políticas públicas que contemplavam seus próprios interesses, como a política imigratória (que deu origem à imigração em massa), o Serviço Sanitário (gerando os serviços de saúde), a encampação dos serviços de água e esgoto da capital etc., e o resultado foi o aumento populacional num ritmo até então desconhecido, mas junto com ela, também cresceram os problemas inerentes desta ocupação urbana.

Era posto sobre o solo urbano, portanto, problemas que deveriam ser enfrentados com intervenções que visavam a salubridade da cidade. Por esta razão, entre as intervenções postas em prática visando inserir a cidade no contexto da modernidade em meio ao crescimento dos problemas urbanos, buscou-se dar cabo da sujeira natural e da produzida pelo homem, fosse ela material ou àquela tratada como sinônimo de maus hábitos e vícios.

As práticas foram variadas, mas todas procuraram intervir nos espaços físicos da cidade recaindo sobre os aspectos que tangenciavam a vida dos trabalhadores, porque pobres e perigosos: eram as moradias mal-iluminadas, os cortiços, as habitações coletivas. Ao se aglomerarem em bares, prostíbulos e demais locais insalubres, estes

homens poderiam gerar vício e degenerescência. As intervenções, contudo, também se estenderam para regiões estratégicas da cidade que, depois de saneadas, poderiam abrigar formas e funções “limpas” de utilização, como as várzeas, os charcos, os rios e suas águas etc., como se pretendeu destacar.

No tocante às intervenções focadas neste artigo, centrado sobre a salubridade e as águas, através das intervenções no Tamanduateí essencialmente, reflete apenas uma das medidas de intervenção que foram utilizadas na configuração da sociedade desejada. Da mesma forma que a encampação da Cia. Cantareira, encarregada dos serviços de água e esgoto, por parte do estado e dos serviços de limpeza pública, por parte do município, outras formas também foram empregadas para a configuração, na cidade, da salubridade. É importante frisar que tanto as obras quanto os marcos legais e institucionais implícitos nestes meios de intervenção marcavam a conjunção do discurso científico da época (fundado na teoria miasmática), à política urbana e às oportunidades de valorização da terra urbana.

Desta conjunção de interesses, as águas da cidade e seus cursos naturais se tornaram um dos principais alvos, pois paulatinamente se transformavam em problemas, carregando negativamente duas características básicas: num primeiro plano, como *obstáculos ao “progresso” e à ocupação do espaço*, impedindo a incorporação de extensas áreas ao conjunto da cidade. E, num segundo plano, como *problema de salubridade*, pois fundado na concepção miasmática, as várzeas e charcos próximos aos rios eram tratados como locais nocivos à saúde; devido ao crescente despejo de águas residuais nos cursos d’água como forma de afastá-las, sem tratamento algum; devido ao fato de o serviço de abastecimento de água não conseguir dar conta da demanda e nem da qualidade do bem, quando oferecido.

As várias intervenções sobre o rio Tamanduateí compõem um dos maiores exemplos de como o “controle” de suas águas impactaram diretamente sobre a valorização das áreas adjacentes e a vida da população. Da mesma forma que o desmonte dos chafarizes da cidade obrigando a população à infra-estruturar seus imóveis para o recebimento do bem natural. Estas medidas conferiram à água, gradativamente, o caráter de um bem comercializável. Por outro lado, muitos imóveis localizados próximos aos chafarizes se revalorizaram, já que não mais haveria em sua proximidade a congregação de pessoas consideradas indesejadas ou de animais. Após a encampação dos serviços da Cia. Cantareira pelo governo do Estado, devido ao não cumprimento do contrato de concessão e à ineficiência dos serviços, a oferta da água aumentou, mesmo assim não o suficiente para responder à demanda crescente; e muitas

vezes sua qualidade era tão ruim que contribuía para as péssimas condições sanitárias vividas pela população.

É neste sentido que as águas da cidade gradativamente passaram a ser vistas como elemento sujo, destrutivo e impeditivo do crescimento urbano – que deveria ser controlado e saneado – fundamentando as diversas formas de intervenções que as agrediam, por meio das transposições, das canalizações etc., ou ainda por meio dos despejos residuais. O argumento: em nome do controle de enchentes, da saúde, da modernização, dos interesses imobiliários etc. Se num primeiro momento as águas eram o elemento facilitador da ocupação, da vida, do lazer e do trabalho, gradativamente sua presença foi se transformando juntamente com as mudanças urbanas em curso. Por esta razão era preciso dominá-las, transpô-las, afastá-las, canalizá-las, retificá-las.

Neste quadro, a cidade de São Paulo foi sorvida por um processo de urbanização que materializava benefícios tecnológicos, econômicos, culturais e sociais numa escala até então desconhecida, motivado pelas transformações em curso no sistema capitalista. Contudo, proporcionalmente também se materializavam os problemas urbanos, devido ao crescente adensamento populacional que cada vez mais recrudescia as contradições e as mazelas inerentes deste mesmo processo. E é justamente nos meandros desta cidade dual e contraditória que as intervenções postas em prática permitem visualizar a *cidade pretendida* – fundada nos valores permeados pela modernização originária dos países centrais do sistema capitalista – da *cidade construída* – baseada nas disparidades e diferenças econômicas e sociais, marcada pela contradição deste mesmo processo.

Referências bibliográficas

Annaes da Camara Municipal de São Paulo de 1917. Org. por Manuel Alves de Souza.

São Paulo: Typ. Piratininga, 1917.

Annaes da Camara Municipal de São Paulo de 1917. Org. por Manuel Alves de Souza.

São Paulo: Typ. Piratininga, 1917.

Annaes da Camara Municipal de São Paulo, 1914. Org. por Manoel Alves de Souza.

São Paulo: 1914.

Annexos ao Relatório de 1920 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1921.

Jornal O Estado de São Paulo – várias edições.

Lei nº 2.332, de 9 de novembro de 1920. In: Leis e Atos do Municipio de São Paulo, do ano de 1920. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934.

- Registro de Sociedade Anônima na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Companhia Parque da Várzea do Carmo.
- Relatorio apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas – 1918. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., s/d.
- Relatorio apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado pelo Dr. Paulo de Moraes Barros Secretario da Agricultura – 1914. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., 1916, pg. 248; Relatorio apresentado ao Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas – 1917. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia., s/d.
- Relatorio de 1916 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- AB’SÁBER, Aziz Nacib. “O sítio urbano de São Paulo.” In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás. Mooca e Belenzinho*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1991.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991, 3 vols.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- COSTA, Wilma Peres. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: nº 10, jun. de 1998.
- COSTA, Wilma Peres. “Economia primário-exportadora e padrões de construção do Estado na Argentina e no Brasil.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: nº 14, jun. de 2000.
- DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Trad., Lisboa: Edições 70, s/d,
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.

- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Trad., 5.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MORSE, Richard Morse. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. Trad., São Paulo: Difel, 1970.
- NOZOE, Nelson Hideki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE/ USP, 1984.
- PAOLI, Maria Célia. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)”. In: *Espaço & Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano IX, nº 33, 1991.
- PEREIRA, Robson M. *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919)*. Franca: Tese de Doutorado, FHDSS, Unesp, 2005.
- REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- ROLNIK, Raquel. “De como São Paulo virou a capital do capital.” In: VALLADARES, L. do (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3.ed., São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 2003.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Trad., São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ Edunesp/ Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1994.
- SAES, Flavio A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo.” In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, vol. 203, 2004.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1913)*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 1998.

- SIMÕES JR., José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- SIMÕES Jr., José Geraldo. *O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, EAESP, FGV, 1990.
- SIMONI, Lucia Noemia. *O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no município de São Paulo, 1840-1930*. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU, USP, 2002.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo. Brasiliense, 1986.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2.ed., São Paulo: Duas Cidades, 1983.